

ARQUI TETURA E URBANISMO:

SENSIBILIDADE PLÁSTICA,
NOÇÃO DO ESPAÇO,
IMAGINAÇÃO E
MEMÓRIA VISUAL

PEDRO HENRIQUE MÁXIMO PEREIRA
(ORGANIZADOR)



ARQUI TETURA E URBANISMO:

SENSIBILIDADE PLÁSTICA,
NOÇÃO DO ESPAÇO,
IMAGINAÇÃO E
MEMÓRIA VISUAL

PEDRO HENRIQUE MÁXIMO PEREIRA
(ORGANIZADOR)

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Arquitetura e urbanismo: sensibilidade plástica, noção do espaço,
imaginação e memória visual

Diagramação: Daphynny Pamplona
Correção: Gabriel Motomu Teshima
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Pedro Henrique Máximo Pereira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A772 Arquitetura e urbanismo: sensibilidade plástica, noção do espaço, imaginação e memória visual / Organizador Pedro Henrique Máximo Pereira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-690-1

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.901212311>

1. Arquitetura. 2. Urbanismo. 3. Projetos. I. Pereira, Pedro Henrique Máximo (Organizador). II. Título.

CDD 720

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Quais as possibilidades e limites da relação homem-meio? Para indicarmos as respostas a essa inquietante questão é possível seguir por dois caminhos. De um lado, temos a potência da **produção** do espaço, da interferência direta no meio, da modificação do concreto, da construção material da história. De outro, temos a **percepção** do produzido e dos processos de modificação, da ativação do sensível e da apropriação do meio, da construção de sentidos e significados da vida espacializada.

Ambas, produção e percepção, são atravessadas pela imaginabilidade, pela construção de memórias coletivas e individuais dos espaços de vida que têm como cenário, palco e produto a arquitetura e a cidade. Ambas carregam o ensejo da expectativa, da esperança, da contradição, da luta cotidiana, do trabalho humano, do pertencimento, do medo e até mesmo da negação. Assim, ambas, em sua latente ambiguidade, são potências da vida humana. Guardam as possibilidades daquelas experiências recorrentes, cotidianas e programáveis às experiências inovadoras, inéditas e espontâneas.

Este livro da Atena Editora, intitulado “Arquitetura e urbanismo: sensibilidade plástica, noção do espaço, imaginação e memória visual” tensiona essas duas possibilidades.

Em seu conjunto de textos há uma diversidade que certamente interessará a leitoras e leitores. Ilustra, numa visão não estanque, mas imbricada e dinâmica, o tensionamento entre a produção e a percepção. Assim, a interação entre estes dois campos humanos proposta neste livro vai da ideação e revisão crítica de uma experiência de jurisdição e gestão patrimonial em Minas Gerais às respostas arquitetônicas como a expressiva experiência plástico-formal recente na obra de Santiago Calatrava.

Entre estes dois pontos há um percurso interessante a ser feito: técnicas retrospectivas e métodos de recuperação de artefatos históricos; apontamentos diversificados sobre a arquitetura religiosa e relação com a sociedade; notas, relatos e análises da forma urbana, da morfologia urbana e da história urbana em cidades brasileiras, portuguesas, peruanas, mexicanas e chilenas; e, por fim, reflexões sobre a cidade contemporânea, sobre o patrimônio modernista e sobre a legislação urbanística e zoneamento.

Nestes casos aqui expostos produção e percepção se chocam, se unificam, se diferenciam, se contrapõem e se complementam. Esta diversidade é certamente a beleza de sua composição e início de um caminho para diálogos, problematizações e o levantamento de novas possibilidades da experiência única de, ao mesmo tempo, construir e habitar o mundo.

É ainda digno de nota que este percurso não é linear, mas ziguezagueia. Vai do micro ao macro e retorna ao micro. Expõe tensões, concordâncias e fraturas.

Assim, estimo, a leitoras e leitores, uma excelente experiência!

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

ICMS DE PATRIMÔNIO CULTURAL CONCEITOS, GESTÃO E EFICÁCIA DO MECANISMO
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E TRABALHO: OS OFÍCIOS TRADICIONAIS

Simone de Almeida Ramos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9012123111>

CAPÍTULO 2..... 11

O PÓ CERÂMICO COMO ADITIVO ALTERNATIVO NO RESTAURO DE ARGAMASSAS
HISTÓRICAS: O CASO DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DO AMPARO DE SÃO
CRISTÓVÃO SE/BR


Eder D. Silva

Guilherme B. Almeida

Breno A. Franco

Arthur S. Santos


Carla A. Alves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9012123112>

CAPÍTULO 3..... 26

LA ARQUITECTURA RELIGIOSA DE TEPIC, NAYARIT. CASO DE ESTUDIO: EL
SANTUARIO DE GUDALUPE

María Elizabeth Loera Beltrán

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9012123113>

CAPÍTULO 4..... 36

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E TRABALHO: OS OFÍCIOS TRADICIONAIS IDENTIFICAÇÃO
E MAPEAMENTO DAS CORES DO FORRO DA SACRISTIA DO CARMO PEQUENO DE
SÃO CRISTÓVÃO SE/BR


Eder D. Silva

Adriana D. Nogueira

Karoline P. Paulo

Ellen D. A. Paiva

Paulo M. M. Santos


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9012123114>

CAPÍTULO 5..... 53

O ESTUDO DE ELEMENTOS DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO AO ALCANCE DA
SOCIEDADE: A RELAÇÃO DAS OBRAS RELIGIOSAS ENTRE PORTUGAL E BRASIL, A
INFLUÊNCIA PORTUGUESA

Eleusy Natália Miguel

Alex Fernandes Bohrer

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9012123115>

CAPÍTULO 6..... 64


RISCOS DE TIPIFICAÇÃO FUNCIONAL EM PATRIMÔNIO MONÁSTICO-CONVENTUAL

DEVOLUTO [ÉVORA, PORTUGAL]

Maria do Céu Simões Tereno

Maria Filomena Mourato Monteiro

António Vitorino Simões Tereno

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9012123116>

CAPÍTULO 7..... 84

A CIDADE NA CIVILIZAÇÃO INCA – CONQUISTAS E PADRÕES


Caroline Silva de Albergaria

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9012123117>

CAPÍTULO 8..... 101

DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL E LEGISLAÇÃO URBANA: ZEIS 3 COMO PERSPECTIVA PARA A ISONOMIA SOCIAL NA CIDADE DE SÃO PAULO

Sumaya Hamad Chaouk


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9012123118>

CAPÍTULO 9..... 114

FORMAS URBANAS EM DOIS LADOS DO ATLÂNTICO

Ricardo Batista Bitencourt

Ramon Fortunato Gomes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9012123119>

CAPÍTULO 10..... 132

INTRODUÇÃO À HISTÓRIA URBANA POTIGUAR: EPÍTOME SOBRE NATAL E PARNAMIRIM

Lenita Maria dos Santos Fernandes


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.90121231110>

CAPÍTULO 11..... 141

AVENIDA FREI SERAFIM (TERESINA-PI): LEITURAS POSSÍVEIS DO SEU DESENHO URBANO

Renata Beatriz Alves de Melo

Pamela Krishna Ribeiro Franco Freire

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.90121231111>


CAPÍTULO 12..... 151

JARDINS DE CHUVA. ESTRATÉGIAS DE BENEFÍCIOS AMBIENTAIS, ECOLÓGICOS E PAISAGÍSTICOS NA CIDADE CONTEMPORÂNEA

Jane Cecilia Santucci

Samanta Machado de Amorim.

Larissa Santos de Paula


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.90121231112>

CAPÍTULO 13..... 157

TALLER DE DISEÑO URBANO EN UNA POBLACIÓN VULNERABLE DE SANTIAGO

DE CHILE


María Isabel Matas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.90121231113>

CAPÍTULO 14..... 167

PARQUE GUINLE E LOUVEIRA: DUAS VARIAÇÕES DO BLOCO SOBRE PILOTIS

Nathalia Cantergiani Fagundes de Oliveira


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.90121231114>

CAPÍTULO 15..... 181

ESPACIALIDADE E ESTRUTURA, A CONFORMIDADE DE AMBOS NOS PROJETOS DE SANTIAGO CALATRAVA

João Gabriel Voss Quattrucci

Valéria Cassia dos Santos Fialho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.90121231115>

SOBRE O ORGANIZADOR..... 190

ÍNDICE REMISSIVO..... 191

CAPÍTULO 5

O ESTUDO DE ELEMENTOS DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO AO ALCANCE DA SOCIEDADE: A RELAÇÃO DAS OBRAS RELIGIOSAS ENTRE PORTUGAL E BRASIL, A INFLUÊNCIA PORTUGUESA

Data de aceite: 01/11/2021

Eleusy Natália Miguel

Univçosa - Centro Universitário de Viçosa
Viçosa – Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/7779406582830639>

Alex Fernandes Bohrer

IFMG
Ouro Preto – Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/7878956802101419>

RESUMO: O patrimônio é um dos elementos mais relevantes para reger identidades e memórias. A apropriação da sociedade do bem patrimonial advém da elaboração de estratégias que oferecem possibilidades para comunicação, informação e aprendizado, admitindo a relação entre técnicos e cidadãos nas escolas, na participação civil, nas tomadas de decisão junto aos governantes, e em qualquer interação que promova o diálogo sobre patrimônio. No presente trabalho, objetiva-se estimar como um estudo específico sobre patrimônio, sob a versão técnica e direcionada à área científica, poderia chegar ao alcance da população. Especificamente, pretende-se elencar dispositivos que atinjam a sociedade na qual estão inseridas as igrejas, de forma criativa e eficiente. Como percurso metodológico, utiliza-se o estudo de caso realizado nas cidades de Catas Altas (MG) e Itabirito (MG), onde estão localizadas as igrejas em questão, assim como a pesquisa de fontes bibliográficas, o levantamento de teorias e de estudos que regem esta discussão sobre

arquitetura religiosa colonial mineira e sobre patrimônio e sociedade. Assim, conclui-se que as torres sineiras estudadas foram influenciadas, de alguma forma, pela cultura árabe, que, por sua vez, apresenta forte influência na Península Ibérica, o que justifica esse alcance de elementos forjados ao gosto arábico. Com relação ao patrimônio, entende-se que são precisos exposição e acesso ao patrimônio, material e imaterial, de forma clara, para que este seja apropriado pelos integrantes sociais.

PALAVRAS-CHAVE: População e Patrimônio; Arquitetura Religiosa; Patrimônio Arquitetônico; Identidade Cultural.

THE STUDY OF ELEMENTS OF ARCHITECTURAL HERITAGE WITHIN THE SCOPE OF SOCIETY: THE RELATIONSHIP OF RELIGIOUS WORKS BETWEEN PORTUGAL AND BRAZIL, PORTUGUESE INFLUENCE

ABSTRACT: Heritage is one of the most relevant elements for governing identities and memories. The appropriation of the patrimonial good society comes from the elaboration of strategies that offer possibilities for communication, information and learning, admitting the relationship between technicians and citizens in schools, in civil participation, in decision making with government officials, and in any interaction that promotes the dialogue on heritage. In the present work, the objective is to estimate how a specific study on heritage, under the technical version and aimed at the scientific area, could reach the population.

Specifically, it is intended to list devices that reach the society in which the churches are inserted, in a creative and efficient way. As a methodological path, we use the case study carried out in the cities of Catas Altas (MG) and Itabirito (MG), where the churches in question are located, as well as the search for bibliographic sources, the survey of the theories and studies that govern this discussion on colonial religious architecture in Minas Gerais and the study on heritage and society. Thus, it is concluded that the bell towers studied were influenced, in some way, by the Arab culture, which, in turn, has a strong influence in the Iberian Peninsula, which justifies this range of elements forged to Arabic taste. With regard to heritage, it is understood that exposure and access to heritage, both material and immaterial, is clearly needed, so that it is appropriated by social members.

KEYWORDS: Population and heritage; Religious architecture; Architectural heritage; Cultural identity.

1 | INTRODUÇÃO

O patrimônio é um dos elementos mais relevantes para reger identidades e memórias. Para o senso comum, patrimônio é considerado como um conjunto de bens, direitos e obrigações vinculado a uma pessoa ou a uma entidade. Já no espectro técnico científico, patrimônio abarca mais especificidades - formas de expressão, modos de criar, fazer e viver, criações científicas, artísticas e tecnológicas, além de obras, objetos e documentos destinados a manifestações artístico-culturais. Assim, patrimônio abrange “os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico” (IPHAN, 2017). Pode-se considerar, também, que, na contemporaneidade, esse conceito é forjado em função da identidade e do lugar onde está estabelecido.

A apropriação da sociedade do bem patrimonial decorre da elaboração de estratégias que oferecem possibilidades para comunicação, informação e aprendizado, incluindo a relação entre os técnicos e os cidadãos nas escolas, na participação civil, nas tomadas de decisão junto aos governantes, e em qualquer interação que promova um diálogo acerca do patrimônio. Nessa perspectiva, desenvolvem-se a construção da cidadania e o entendimento do que seja identidade, sendo necessária, para tanto, uma reflexão por parte dos interessados em todas as áreas de atuação, em níveis individual e coletivo. E essa constante transação entre o coletivo e o individual resulta em uma construção de identidade, pois as “referências identitárias são construídas e desconstruídas num processo dialético, fazendo com que ocorra uma transformação, um deslocamento de identificações no contato com o outro e com as mais diversas influências externas” (MUNAIER; DIAS, 2013, p. 10).

As instituições imbuídas de compromisso social e educacional promovem a produção patrimonial e cultural, de forma a alcançar o cidadão. Dessa maneira, a partir do desenvolvimento desses conceitos na sociedade, esta abarcará todas as manifestações como sua, ajustando o bem (material ou imaterial) ao seu cotidiano.

Como ponto de entrecorte do presente trabalho, destaca-se o estilo colonial brasileiro,

especialmente o barroco, que constitui campo frutífero de pesquisas e análises, sobretudo na região da então capitania das Minas Gerais. Sob esse viés, descortina-se o tema escolhido, cuja arquitetura religiosa representa parte importante da história mineira. Entre os objetivos específicos, evidencia-se o patrimônio das torres das Igrejas Matriz de Catas Altas (MG) e Itabirito (MG) e sua vinculação com as igrejas localizadas no Norte de Portugal, avaliando a possibilidade de apropriação que engloba o estudo científico (técnico), o acesso ao material produzido, e a forma como a comunidade utiliza esses templos cotidianamente.

Assim, a partir das considerações propostas, sob uma versão técnica e direcionada à área científica, visa-se aferir como o patrimônio poderia chegar ao alcance da população. Especificamente, pretende-se elencar dispositivos que atinjam a sociedade onde estão inseridas as igrejas, de forma criativa e eficiente. Outros objetivos relacionados ao estudo das igrejas são: traçar um brevíssimo panorama sobre o estilo colonial no Brasil e sobre o elemento arquitetônico: torre; por fim, relaciona-se tais noções às construções desses mesmos elementos nas Igrejas do Norte de Portugal.

Para tanto, como percurso metodológico, pesquisam-se fontes bibliográficas e analisam-se fontes primárias, realizando um levantamento de teorias e de estudos que regem a discussão sobre arquitetura religiosa colonial mineira e sobre patrimônio e sociedade.

2 | O CASO DAS TORRES MINEIRAS

No transcurso da humanidade, os povos imprimem suas marcas no tempo de diversas formas: na ciência, na teologia, na tecnologia e, em especial, na arte. Todo signo (verbal, plástico, musical, gestual, físico) é uma imagem exterior de imagens mentais, logo, metáfora da metáfora (HANSEN, 2006). Essas marcas conferem ao homem o diferencial entre os animais, ou seja, [...] “é o único animal que deixa registro atrás de si, pois é o único animal cujos produtos *chamam à mente* uma ideia que se distingue da existência material destes” (PANOFSKY, 1991, p. 23).

Na arquitetura não é diferente - essas marcas impressas por civilizações deixam pistas sobre a forma que existiram e como viveram, ou seja, registra-se tudo o que era realmente relevante àquela determinada sociedade, suas atribuições político-econômicas, religiosas e culturais, de forma física no ambiente onde se viveu, por meio de construções e formações urbanísticas (por exemplo: arruamento, pontes, largos, etc).

Ao realizar atividades - na sua lida diária de “ser-no-mundo” -, o homem faz acontecer no espaço (especializa) as suas intenções, os seus desejos. Nesse processo, ele dispõe objetos, sinais e marcas, para adequar o ambiente àquilo que ele quer especializar; assim ele cria lugares, dando forma física às suas intenções, aos seus desejos. A disposição dos objetos e dos sinais, bem como a marcação do ambiente não são feitas aleatoriamente. Elas são intencionais; são para um fim específico, um propósito e, por isso, elas possuem um significado. É dessa maneira que o homem cria os lugares e significativos: os lugares arquitetônicos. Como as intenções têm fundamento

no desejo, o que foi criado para a manifestação das intenções contém os significados do desejo. Pode-se dizer, então, que o espaço arquitetônico é a espacialização do desejo (MALARD, 2006, p. 36-37).

Dessa maneira, diversos estilos arquitetônicos se manifestam dentro da arte, complementam as demais artes e explicitam seus valores, suas atribuições sociais e temporais; assim, delegam ao tempo muitas interpretações.

[...] A peculiaridade da arquitetura não pode ser imaginação formal, porque, nesse caso, não se distinguiria da pintura ou da poesia; e não pode ser a lógica e a técnica da construção, que se encontram em outros artefatos que não são arquitetura. Típico da arquitetura é o projeto das formas tendo em vista a execução, ou seja, a operação de *projetar* (ARGAN, 2005, p. 199).

O barroco é considerado um desses estilos artísticos. É importante buscar entendê-lo - o período dito barroco - por meio das formas que configuraram a sociedade, sugerindo um diálogo da cultura com a sociedade em questão. Faz-se necessário, então, considerar uma mistura artística de várias sociedades, primando por um produto com formas universalizadas (BOHRER, 2007; FERNANDES, 2005). À luz desse enfoque, “o barroco só é explicável pelo contexto histórico que o fomentou” (BOHRER, 2007, p. 25).

A sociedade colonial brasileira era subordinada às leis da igreja e da política. Todavia, a representação artística que essa repressão gerava é, de certa forma, antagônica, uma vez que o questionamento das aparências por meio de uma representação teatral colocava o fantástico no cotidiano, estimulando a reflexão sobre a fugacidade da vida, a ornamentação excessiva, e a possibilidade de múltiplas leituras. Todos esses aspectos podem ser encontrados nas manifestações barrocas de Minas Gerais (GOULÃO, 1996).

Garcia (2005) postula que arquitetos e engenheiros eram influenciados pelos tratados e neles se balizavam, havendo normas estabelecidas para os projetos das determinadas construções, dentre elas, as igrejas: “a arte religiosa se portava como canal de propagação dos dogmas católicos ao maior número possível de fiéis, para encantá-los e convencê-los de seu esplendor e riqueza” (GARCIA, 2005, p. 22). Portanto, fica explícita a importância da arquitetura religiosa na colônia, evidenciando certo rigor na ordem. O projeto deveria ser adequado às conformidades, normas, e regras, e essa ordem não seria simplesmente um atributo, mas sim um princípio.

Motivadas pelas promissoras descobertas de minas de ouro, muitas pessoas migraram para Vila Rica e seus arredores. De diferentes etnias e ofícios, esses indivíduos difundiram seus conhecimentos e influenciaram a cultura artística nas Minas Gerais colonial. Dentre a diversidade de imigrantes, notam-se arquitetos, construtores, engenheiros militares advindos da Europa Central, sobretudo da capital de Portugal (Lisboa).

O período do Barroco em Minas Gerais foi regido por imensa efervescência artística, mesmo sendo decorosa em relação à premissa da imitação. Inclusive, havia fontes que financiavam essa expectativa religiosa impressa na arquitetura, o que culminou no conjunto

primoroso de obras da época. As matrizes das cidades de Catas Altas (MG) e Itabirito (MG) podem ser consideradas fruto dessa produção.

Na arquitetura, o elemento chamado de torre tem sua relevância na estrutura compositiva dos edifícios, no sentido de conferir harmonia à obra. Esse componente atribui simbolismo também à cultura local onde está inserido, uma vez que é nele que se dispõe o sino das igrejas. Esse elemento (sino) foi considerado fundamental no período colonial, por se tratar do meio de comunicação das localidades. Era por meio dos tipos de toque de sino que se anunciavam falecimentos, desastres, presenças ilustres, festas religiosas, entre outros acontecimentos. Hoje em dia, ainda existe esse “costume”, especialmente em cidades rotuladas como históricas, já que essa tradição consiste em um bem imaterial cultural.

Nas igrejas, esse ponto de partida caminhava junto aos detalhes de aparência militar: as torres, como aquelas da guarda e observação, foram num primeiro momento suprimidas para que o sino ganhasse destaque. Este era colocado em armações de madeira ou em suportes sobre a fachada, denotando à torre o símbolo de hierarquia que era próprio às igrejas matrizes (GARCIA, 2005, p. 30-31).

As Figuras 01 e 02 apresentam fotografias do arquivo pessoal (autoria própria), demonstrando elementos compositivos das torres das duas igrejas em questão - Igreja Nossa Senhora da Conceição, Catas Altas – MG, e Igreja Nossa Senhora da Boa Viagem, Itabirito – MG. Chama-se a atenção para o formato bubônico e o estilo mouro que coroam as mesmas.

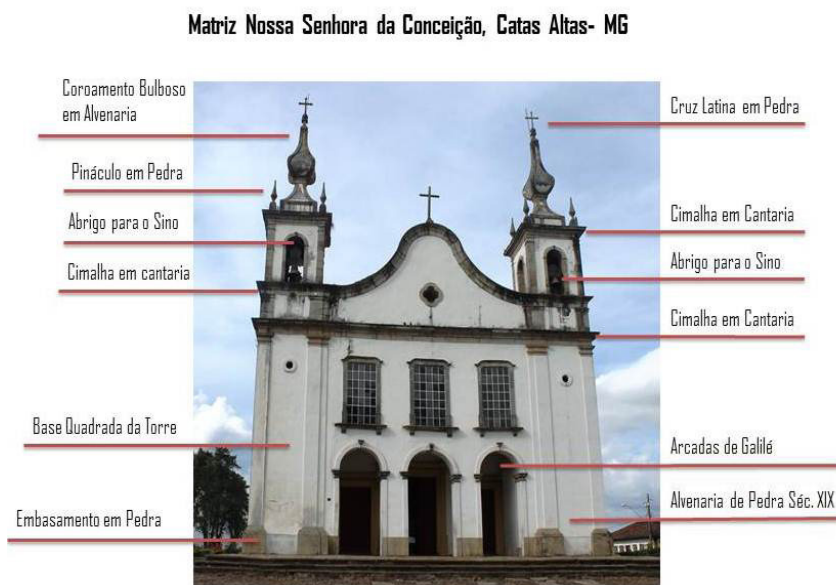


Figura 01: Igreja Nossa Senhora da Conceição, Catas Altas – MG

Matriz Nossa Senhora da Boa Viagem, Itabirito - MG



Figura 02: Igreja Nossa Senhora da Boa Viagem, Itabirito - MG

Com base nas imagens acima, pode-se inferir que a semelhança das torres de ambas as igrejas é nítida. Apesar de contarem com materiais distintos, as formas se aproximam muito uma da outra.

As torres são iniciadas em secção quadrada; possuem três partes (base, meio e término com coroamento); possuem cimalhas e coruchéu em pedra; são emolduradas em cantaria, tanto as laterais quanto as aberturas que os sinos e relógio são dispostos; os pináculos piramidais levemente curvos são finalizados em bulbos alongados; esses pináculos são encimados por cruzes latinas.

A região norte de Portugal é composta pelos distritos: Viana do Castelo, Braga, Porto, Vila Real, Bragança, Viseu e Aveiro. Essa região é considerada o ponto inicial da formação do país, sendo responsável por um dos produtos mais característicos e que mais representa seu povo: o Vinho do Porto.

As produções artística, arquitetônica e cultural da região também merecem destaque, por sua exuberância e grande riqueza cultural. Para atestar a conexão entre as torres dos dois países, vale lembrar que muitos portugueses dessa região migraram para o Brasil, para que a coroa efetivasse a ocupação do território até então recém-descoberto e conquistado. Desse modo, foram trazidos conhecimentos e influências que se explicitaram na cultura e no patrimônio construído no período colonial.

A igreja portuguesa disposta a seguir, nas figuras 03 e 04, é um exemplo concreto da semelhança das características mouras com as torres das igrejas de Catas Altas e Itabirito, ambas em Minas Gerais, Brasil. É válido salientar que há uma gama considerável de igrejas

com o mesmo formato de torre na região norte de Portugal: o Santuário do Senhor do Socorro na freguesia de Labruja; a Igreja de Santo Antônio na freguesia de Arcozelo da Torre; a Igreja de Aguiã na freguesia de Gondoriz; a Igreja de Nossa Senhora da Conceição Arcos de Valdevez na freguesia de Miranda; a Igreja do Divino Espírito Santo no distrito de Viana do Castelo; o Mosteiro de Santo Martinho de Tibães, antiga sede da Congregação Beneditina portuguesa, em Braga. Salienta-se que nem todas as igrejas, com essa característica árabe, foram aqui elencadas, pois a região norte de Portugal é bastante extensa e possui uma produção religiosa e arquitetônica também muito extensa.

O foco do observador doravante é a parte superior da edificação religiosa, destacando-se o coroamento, a forma e os adornos da torre.

A Paróquia Nossa Senhora de Monserrate é uma comunidade da freguesia de Monteserrate na cidade de Viana do Castelo.



Figuras 03 e 04: Igreja Nossa Senhora da Agonia.

Fonte: <http://paroquiamonserrate.com/index.php?seccao=grupodetalhe&conteudo=193>.

Como se pode notar, a igreja portuguesa mostrada acima é dotada de torre com finalização muito similar às igrejas mineiras, com angulação e ornamentos diferentes. Entretanto, possuem a forma bulbosa em comum, obedecendo a essa premissa.

Ademais, o que realmente pode-se extrair dessa breve apreciação da igreja portuguesa, com foco central em sua torre, é que, sem sombra de dúvida, essa tem semelhança considerável com as torres das igrejas de Catas Altas e Itabirito, levando a crer na transposição, por algum meio de conhecimento e ou comunicação da Coroa para a Colônia, do desenho e da técnica de feitura dessas torres sineiras brasileiras. Assim, confirma-se a suspeita inicial desse estudo - há influência portuguesa, especificamente do Norte de Portugal, na produção arquitetônica de cidades mineiras pertencentes ao ciclo do ouro.

3 | O PATRIMÔNIO E A SOCIEDADE

De forma simplificada, pode-se entender como “sociedade” o agrupamento de seres que convivem em estado gregário e em colaboração mútua. Em relação ao âmbito humano, constitui em um grupo de indivíduos que habita em certo período e espaço, seguindo um padrão comum (coletividade). Esse agrupamento reverencia um estatuto ou um regulamento comum que seria a gênese de uma sociedade cultural. Nesse sentido, Da Silva (2000) explica que

o patrimônio não é só o legado que é herdado, mas o legado que, através de uma seleção consciente, um grupo significativo da população deseja legar ao futuro. Ou seja, existe uma escolha cultural subjacente à vontade de legar o patrimônio cultural a gerações futuras. E existe também uma noção de posse por parte de um determinado grupo relativamente ao legado que é coletivamente herdado (DA SILVA, 2000, p. 218).

No que tange à participação do indivíduo na sociedade, trata-se do momento de inclusão e atuação desse indivíduo ao tomar para si direitos e deveres de cidadão. Essa postura é fruto de um processo dinâmico na construção tanto da sociedade quanto do indivíduo enquanto cidadão. Nessa perspectiva, a formação patrimonial segue a mesma linha de raciocínio. É preciso que haja exposição e acesso ao patrimônio, material e imaterial, de forma clara, para que este seja apropriado pelos integrantes de uma sociedade. Assim, a partir da construção de uma identidade social para captar o patrimônio, “a cultura seria o meio pelo qual um grupo estabelece marcações de fronteiras para sua identidade, estruturando assim discursos na e pela cidade” (BITTENCOURT; COELHO, 2010, p. 16).

Algumas ações de instituições detentoras da promoção do patrimônio são necessárias, como coordenação, regulação e fomento, a exemplo do próprio Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Dessa maneira, as ações relativas a essa promoção se tornam mais efetivas, articuladas e fortalecidas. A base desse desenvolvimento perpassa pela informação, afetando diretamente essa promoção, como evidenciam Munaier e Dias (2013):

De qualquer maneira, o acesso à informação provê o direito ao exercício da democracia e da cidadania, assim como de uma coletividade mais igualitária, baseada dentre outras perspectivas, nas possibilidades tecnológicas. Uma sociedade munida de conhecimento e cultura é capaz de tomar decisões sábias e proveitosas para serem aplicadas no meio em que vivem” (MUNAIER; DIAS, 2013, p. 6).

O patrimônio é definido na Carta Magna Brasileira e abrange toda manifestação de cultura:

A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 216, ampliou o conceito de patrimônio estabelecido pelo Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, substituindo a nomenclatura Patrimônio Histórico e Artístico, por Patrimônio Cultural Brasileiro. Essa alteração incorporou o conceito de referência cultural e a definição dos bens passíveis de reconhecimento, sobretudo os de caráter

imaterial. A Constituição estabelece ainda a parceria entre o poder público e as comunidades para a promoção e proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro, no entanto mantém a gestão do patrimônio e da documentação relativa aos bens sob responsabilidade da administração pública. O Artigo 216 da Constituição conceitua patrimônio cultural como sendo os bens “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (IPHAN, 2017).

O *imaginário social* decorre das condutas relacionadas ao patrimônio cultural. Esse conjunto de imagens é produzido pelo homem por meio de suas ações no mundo, na forma material e também na forma comportamental. Portanto, “o imaginário permite o reconhecimento da realidade – o mundo – e sua representação desse mundo e de sua tradução em discurso” (BITTENCOURT; COELHO, 2010, p. 13).

A acessibilidade, no sentido amplo do conceito, representa o acesso independente de condição física, econômica, cultural ou social, configurando um dos pontos fortes na disseminação do patrimônio cultural. Através do patrimônio acessível e inclusivo, “permite-se que as pessoas vivam experiências únicas e personalizadas respeitando a sua individualidade e diferença admitindo que possam usufruir do espaço e informação de uma forma confortável, autônoma e segura” (LIMA, 2016, p. 51).

É também fundamental ter em vista, dentro desse pensamento de acessibilidade, o cumprimento da legislação que abarca os valores e as identidades das diversas culturas e segmentos populacionais, assim como a legislação das instituições responsáveis pelo patrimônio de forma geral.

Nessa perspectiva, a circulação do cultural por meio de formas de comunicação legitima sua identidade e fortalece o patrimônio como pertencente a uma determinada localidade:

É através da comunicação que se forma uma rede de relações interativas dos interlocutores entre si e material simbólico. A identidade se constrói a partir da tentativa de criação de blocos sociais coesos, através do reconhecimento de fatores em comum como valores, linguagem, símbolos, pertencimento e memória, que representam a personalidade de uma população (MUNAIER; DIAS, 2013, p. 14).

Trabalhar o patrimônio e fazer com que fique vivo no cotidiano de uma cidade, de uma localidade ou mesmo em um país, salvas as proporções, faz com que este não seja esquecido e ultimado, “assim como a morte definitiva é o fruto último da vontade de esquecimento, assim a vontade de lembrança poderá perpetuar-nos a vida” (SARAMAGO, 1997, p. 209). Desse modo, o patrimônio pode ser considerado como uma construção social, tornando-se um processo simbólico que legitima os aspectos sociais e culturais de determinada sociedade, seguido por um sentimento coletivo de identidade, diferenciando dos demais grupos de indivíduos (DA SILVA, 2000).

O estudo das torres das igrejas se apresenta como uma boa possibilidade de

apropriação do patrimônio pela sociedade onde estão localizadas. Com iniciativas criativas e envolventes, a partir dos dados alcançados pela pesquisa científica, é possível trabalhar diversos âmbitos das comunidades de Catas Altas (MG) e de Itabirito (MG), por meio de seminários, palestras, exposições, documentário, entre outros, promovendo a história desses monumentos de cunho religioso e artístico. Dessa maneira, a identidade social seria promovida e a população, além de enriquecer sua cultura, teria mais afinidade e cuidado com esse patrimônio.

4 | À GUIA DE CONCLUSÃO

“O mundo tem dois hemisférios: um superior e visível, que é o passado, o outro inferior e invisível que é o futuro, no meio de um e outro hemisfério ficam os horizontes do tempo que são *ESTES* instantes do presente que imos vivendo, onde o passado se termina e o futuro começa”.

Pe. Antônio Vieira

Pode-se atribuir ao período barroco uma considerável produção de espaços amplos e artisticamente cuidados. Nesse sentido, a arte mourisca contribuiu na suntuosidade ornamental dos espaços arquitetônicos, em especial os religiosos.

Há fortes indícios de que havia uma circulação de riscos, ou mesmo de algum tipo de manual com orientações nas diversas feitura arquitetônicas, desde ornamentos até técnicas construtivas, frontispícios e, evidentemente, torres sineiras. Assim, pode-se inferir a relação das torres das igrejas aqui estudadas, Nossa Senhora da Conceição em Catas Altas e Nossa Senhora da Boa Viagem em Itabirito. Nota-se uma importante semelhança no formato do coroamento, mesmo havendo estruturas diferentes - uma formada em alvenaria e a outra em cantaria de granito. Em comparação às demais igrejas erigidas em Minas Gerais, destaca-se a singularidade do formato bulboso, sendo comum apenas a essas duas matrizes. Essa possibilidade de circulação de riscos pode ser considerada uma “coincidência arquitetônica”.

No presente estudo, elucida-se a importância de se desenvolver estratégias que promovam o patrimônio local, no qual o indivíduo deve se sentir pertencente, mantendo a tutela do cuidado com ele. O acesso ao conhecimento e aos bens patrimoniais materiais e imateriais faz com que os laços entre a sociedade e o patrimônio se estreitem e formem pontes entre as gerações. Nesse sentido, tornam-se necessários a exposição e o acesso ao patrimônio, de forma clara, para que este seja apropriado pelos integrantes da comunidade.

Por fim, pode-se concluir que a educação patrimonial e a apropriação dos bens patrimoniais pela sociedade, especialmente na localidade onde está o bem patrimonial, são alternativas fundamentais para o crescimento cultural e para a preservação desses bens, uma vez que o processo de identificação e de proteção advém do sentimento de pertencimento dos indivíduos.

REFERÊNCIAS

ARGAN, G. C. Tradução Pier Luigi Cabra. **História da Arte como História da Cidade**. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BITTENCOURT, J. N.; COELHO, P. A. **XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação** Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação. Rio de Janeiro, 2010.

BOHRER, A. F. **Os diálogos de Fênix: fontes iconográficas, mecenato e circularidade no barroco mineiro** (dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, FAFICH/UFMG. Belo Horizonte, 2007.

DA SILVA, E. P. Patrimônio e identidade. Os desafios do turismo cultural. **Antropológicas**, n. 4, p. 217-224, 2000.

Dicionário Online. Disponível em <<http://www.dicio.com.br/morfologia>> Acesso em: 05.02.2016.

FERNANDES, L. de O. **Alegorias do Fausto: O Triunfo Eucarístico e a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto**. Ouro Preto – MG. Editora da Universidade de Ouro Preto, 2009.

GARCIA, J. M. **Traços hispânicos no processo de latinidade da arquitetura colonial em Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Universidade Federal de Minas Gerais, escola de Arquitetura. Belo Horizonte, 2005.

GOULÃO, M. J. Os estudos de história da arte portuguesa na América Latina, Barroco. **Revista de ensaio e pesquisa**. nº 17. Centro de Pesquisas do Barroco Mineiro, Belo Horizonte, Anos 1993-1996, pp. 61-67.

HASEN, J. A. **Alegoria – construção e interpretação da metáfora**. Campinas: Unicamp. São Paulo: Hedra, 2006.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Portal do IPHAN**. Disponível em:<<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>> Acesso em 15 de junho de 2017.

LIMA, A. R. O. **Acessibilidade nas mãos: Patrimônio histórico acessível para Pessoas Surdas**. Relatório de Projeto do Mestrado em Intervenção Social, Inovação Empreendedorismo apresentado à Faculdade de Economia e à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. Universidade de Coimbra, Portugal, 2016.

MALARD, M. L. **As aparências em arquitetura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MUNAIER, F. DE L.; DIAS, M. T. P. Direito ao patrimônio cultural: uma questão de informação. **Fórum Patrimônio: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável**, v. 6, n. 2, 2013.

PANOFSKI, E. **Significado nas artes visuais**. 3 ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.

SARAMAGO, J. **Todos os nomes**. São Paulo: Companhia das Letras. 1997.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 2, 61, 63, 106, 118, 174

Arquitetura 11, 12, 13, 15, 16, 25, 26, 36, 42, 53, 55, 56, 57, 63, 64, 84, 85, 86, 87, 99, 100, 101, 113, 121, 122, 125, 130, 131, 148, 149, 151, 152, 167, 168, 169, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 186, 187, 188, 189, 190

Arquitetura religiosa 13, 26, 42, 53, 55, 56

C

Catas altas 53, 54, 55, 57, 58, 59, 62

Centro histórico 38, 78, 121, 123, 124, 127, 128, 130

Chan Chan 84, 86, 87, 93, 94, 95, 98, 99, 100

Cidade contemporânea 9, 122, 127, 130, 151, 168

Cidades 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 26, 53, 57, 59, 64, 71, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 103, 107, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 121, 125, 129, 131, 132, 133, 137, 146, 147, 149, 151, 152, 155, 167, 168, 179, 190

Cidades brasileiras 113, 129, 131, 167, 179

Civilização inca 84, 85

Convento do Carmo Pequeno 36

Cusco 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 94, 95, 96, 98, 99

D

Desenho urbano 106, 130, 141, 142, 143, 146

Desigualdade socioespacial 101, 112

E

Edifício louveira 167, 169, 170, 173, 175, 180

Évora 52, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82

F

Formação urbana 132, 133, 134

H

História da cidade 63, 114, 135, 141, 147, 148

História urbana 132

I

Itabirito 53, 54, 55, 57, 58, 59, 62

J

Jardim de chuva 151, 153, 155

L

Legislação urbanística 104, 105

M

Machu Pichu 84, 86, 88, 90, 91, 92, 93, 95, 98, 99

Morfologia urbana 84, 114, 117, 130, 131, 141, 142, 143, 150

N

Natal 111, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140

Nossa Senhora do Amparo de São Cristóvão 11, 12

P

Pachacamac 84, 86, 88, 95, 96, 97, 98, 99, 100

Paisagem 37, 117, 123, 124, 131, 141, 143, 149, 151, 152, 154, 155, 156, 168, 176, 190

Paisagem urbana 37, 124, 141, 149, 152, 155, 156

Paraty 114, 117, 122, 123, 124, 127, 129, 130

Parnamirim 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140

Parque Guinle 167, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 179

Patrimônio 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 15, 16, 24, 36, 39, 51, 53, 54, 55, 58, 60, 61, 62, 63, 90, 117, 123, 130, 141, 142, 143, 147, 148, 150, 170, 179

Patrimônio histórico 2, 8, 10, 15, 24, 39, 51, 60, 63, 123, 170, 179

Planejamento urbano e regional 131

R

Restauração 11, 21, 25, 36, 40, 51

S

Santiago calatrava 181, 182, 183, 186, 188

São Cristóvão 11, 12, 14, 15, 16, 23, 36, 37, 38, 43, 51, 52

São Paulo 10, 25, 51, 52, 63, 99, 101, 102, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 130, 131, 149, 150, 151, 155, 156, 169, 170, 178, 179, 180, 189

Sustentabilidade 1, 111, 113, 151, 156

T

Técnicas construtivas 11, 16, 62

Tepic 26, 27, 31, 34

Teresina 141, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 149, 150

Tombamento 5, 7, 8, 9, 170

U


Urbanismo 11, 35, 36, 84, 85, 86, 87, 88, 93, 98, 99, 100, 101, 102, 106, 113, 122, 129, 130, 131, 149, 157, 179, 180, 181, 190


V


Vila real de santo antônio 114, 117, 125, 129


ARQUI TETURA E URBANISMO:

SENSIBILIDADE PLÁSTICA,
NOÇÃO DO ESPAÇO,
IMAGINAÇÃO E
MEMÓRIA VISUAL

www.atenaeditora.com.br 


contato@atenaeditora.com.br 


@atenaeditora 


www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

ARQUI TETURA E URBANISMO:

SENSIBILIDADE PLÁSTICA,
NOÇÃO DO ESPAÇO,
IMAGINAÇÃO E
MEMÓRIA VISUAL

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 